

Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três reuniram-se de forma on line para a reunião de Câmara de Ensino Fundamental / Especial os conselheiros Ana Lucia Rodrigues, Clicie Maria Cancelier Negoseki, Dhebora Cristina da Silva, Domingas de Fatima Cardoso Amaral, Isabel Cristina Zarpelon Trevisan, José Eduardo Roberto, Luiz Carlos Costa da Silva, Maria Madalena de Carvalho Hitner, Rodrigo Cardozo Gomes, Rosiani da Silva Franchetto e como convidada a Conselheira Marilza Aparecida Pereira Teixeira.

A Presidente Domingas de Fátima inicia a reunião de Câmara e diz: “Nós vamos ter essa reunião hoje para continuar com o que a gente estava conversando, que era sobre a Escola em Tempo integral, a Ana vai estar conversando e passando o que ela já elaborou de parecer.” A Conselheira Ana Lucia diz: “Na verdade, para ter a seqüência do parecer que a gente tem que fazer um parecer dizendo se é favorável ou não. Nós também vamos ter que fazer a deliberação, porque já fica pronto, o parecer e a deliberação. A gente precisa desse documento para ser inserido na plataforma que é do SIMEC mesmo, e se é o PAR um, eu não lembro se é o PAR (1) um ou se o PAR (2) dois, e até final de março de 2024, nós temos ações, importantes que acho que tem que entregar rapidamente e fazer a inserção que já vem pelo Governo Federal, então acho que há determinações de como o município fez a adesão à Educação em Tempo Integral, então acho que tem esse tempo para estudar e fazer o parecer. O órgão normativo precisa fazer inserção do documento oficial, que é a resolução, e a gente encaminha o parecer junto, assim como foi com o nosso referencial curricular em 2020 a gente fez isso e é esse que está entrando para o VAR. Então, em 2024 a gente tem até março. Também fiz a inserção do parecer e do referencial da avaliação feita para 2024, porque também entra no VAR. Quando entra no VAR, já sabe que isso é necessário para não perder recurso. A mesma coisa, esse da Educação Integral. A gente precisa para não perder os recursos, porque vão vir recursos para a Educação em Tempo Integral. São todos aqui da Câmara, mas a principal responsável que vai nos auxiliar aí a Conselheira Rosiani, que está, está presente, para que a gente possa, por exemplo, lá no parecer eu vou precisar e já descobri o histórico e a justificativa. Tem a fundamentação aqui do próprio documento também, uma fundamentação legal, e a principal é a legislação que saiu agora do Governo Federal no dia 31 (trinta e um) de agosto, a matriz curricular. Eles, em alguns municípios estão falando em macro campos Rosiani? eu sim vi que era falso. A gente pode, vai um pouquinho mais de tempo, mas que talvez a gente tenha que dar uma discutida em relação a ele. Mas alguns pontos que eu já queria colocar, por exemplo, proposta pedagógica e regimento vai precisar ser elaborada, porque é um funcionamento mesmo dentro da escola, ele vai seguir o alinhamento lá, mas ele vai parecer uma parte da educação integral, então a gente vai colocar isso lá na resolução e no parecer que precisa ter a proposta pedagógica e o regimento da Educação em Tempo Integral, o próximo item, porque eu fui listando, pra nós discutirmos aqui e ter conhecimento do que já está organizado ou como está organizado, que é o PAS que nós temos lá e que vai mudar a nomenclatura, jornada de trabalho, a jornada de trabalho em relação aos professores. Está sendo contado o horário de almoço, se ele estiver trabalhando, vai ter que ser contado e ele têm outro horário, porque que a gente fala desse trabalho do horário de almoço? Pode. Alguns municípios colocaram estagiários, mas tem que ter uma pessoa lá que vai auxiliar nesse tempo, que vai estar no horário de almoço, ele vai ser contado com carga horária e tudo sem problemas, mas a gente precisa dos profissionais de educação se eles estarão disponíveis para esse momento ou se eles vão seguir das 07h30min às 11h30min e das 13h00 até as 17h00

então a gente precisa saber quem é que vai fazer esse atendimento na hora do almoço, porque essas crianças na hora do almoço, eles vão estar almoçando e precisa ter alguém lá disponível, se vai ser escala, como vai ser essa escala, a gente precisa dessas informações pra gente normatizar, como fica para não ficar assim? Lá na escola tal, lá na escola Castro Alves, elas fazem assim, lá na escola Narciso Mendes eles fazem de outro jeito, então a gente precisa se organizar, Fátima, você controla o pessoal que queira falar”. A Presidente Domingas de Fátima diz: “OK, controlo sim”. A Conselheira Clície diz: “Boa tarde a todos, eu só gostaria de quando for sair essa normatização que a gente pudesse sentar e conversar sobre a escola Ilza de Sousa Santos, porque a organização da escola Ilza de Sousa Santos é diferente da organização do ensino fundamental na questão do PAS, tem algumas especificidades e a gente precisa alinhar para que nós não desconstruamos aquilo que já foi construído e aprovado pela Divisão de Estrutura e pelo Núcleo de Educação, é só pra lembrar desta organização”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Qual o núcleo que você fala?” A Conselheira Clície diz: “Do Núcleo Regional de Educação, com a Divisão de Estrutura validaram os componentes curriculares”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Mas o núcleo não tem nada a ver com o município”. A Conselheira Clície diz: “Mas para entrar no SERE nós precisamos sim da validação e da organização curricular da escola”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Ah, eles só vão aprovar aquilo que já foi aprovado. Eles só vão validar o caso”. A Conselheira Clície diz: “Então é esse o cuidado que eu estou pedindo”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Mas a escola Ilza de Sousa Santos não é escola em tempo integral, é diferente”. A Conselheira Clície diz: “É escola em tempo integral, está baseada na nova lei”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Não. Quando nós fizemos o ano passado, ela não estava como Escola em Tempo Integral. Rosiani pode falar”. A Conselheira Clície diz: “Eu só gostaria de terminar. O documento voltou para a gente adequar, de acordo com a lei de Educação em Tempo Integral, foi discutido na reunião do conselho, inclusive a Rosiani levantou isso, lembra do colégio Bom Jesus, no final do ano passado, o documento voltou para nós fazermos a adequação, de acordo com a nova lei”. A Conselheira Rosiani diz: “Eu posso esclarecer nos pontos, toda essa proposta que nós estamos analisando aqui na Câmara que já foi para a Divisão de Estrutura analisar e que hoje nós estamos falando, ela trata da Educação em Tempo Integral no quesito, é ampliação de jornada, é aquilo que na reunião lá no Núcleo, foi explicado que no parecer do estado não é parecer. Na nota que o estado tem, eles entendem como turno e contra turno, então um turno de ensino regular e a parte diversificada em contraturno, a escola Ilza de Sousa Santos é outra proposta. A escola Ilza de Sousa Santos é uma proposta de escola integral em turno único, então eu acredito que o que vai ser votado hoje não interfere na questão da escola Ilza de Sousa Santos, porque é um regime de funcionamento diferente, nós estamos votando hoje começando e trabalhando em cima de um regime de funcionamento de jornada ampliada e nós também estamos estudando para implantar uma escola integral do fundamental, mas daí é outra proposta, é escola integral de turno único, onde eu tenho o que é obrigatório, que é diversificado e espalhado durante todo o período durante todo o dia, não um turno contra turno. Então eu acho que hoje só esclarecer que a gente está votando a proposta de Educação em Tempo Integral na questão, no regime de funcionamento, de ampliação de jornada, onde num turno eu tenho que é obrigatório, da base comum e no outro turno eu tenho a parte diversificada”. A Conselheira Clície diz: “Obrigada, Rosiani pelos esclarecimentos, então é só ter mesmo, a minha fala é para ter o cuidado de não incluir a escola Ilza de Sousa Santos neste documento ou nessa discussão, porque realmente foge a proposta, obrigada”. A Conselheira Ana Lucia diz: “O que está

faltando é fazer a resolução ou deliberação em relação à escola Ilza de Souza Santos foi feito só o parecer, ainda falta a resolução, aí tem as suas especificidades. Então Rosiani, você pode explicar quanto a questão da jornada de trabalho?”. A Conselheira Rosiani diz: “Posso sim. Todas essas questões que você elencou no início, eu tenho como esclarecer cada uma delas se você puder fazer uma a uma para mim, a jornada do horário de funcionamento você quer saber primeiro”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Sim, pode ser hoje todas”. A Conselheira Rosiani diz: “As escolas que atendem com a Educação em Tempo Integral, elas funcionam no mesmo horário da unidade, no quesito entrada e saída, os estudantes iniciam às 07h30min e saem às 17h00. Com relação ao horário de almoço, professores atendem nas turmas das 07h30min, às 11h30min e das 13h00 até as 17h00, nesse período ali das 11h30min às 13h00 nós temos um profissional de referência ao qual hoje nós chamamos de professor articulador, esse professor é um professor que tem um padrão estável e uma ampliação de jornada, onde já em estudo e informações junto ao RH, a gente entendeu que ele pode fazer até 6 horas consecutivas para daí fazer o seu intervalo de almoço então, ele trabalha das 07h30min às 13h00 regularmente, e ele pode atender o horário de almoço e aí ele faz o horário de almoço dele, das 13h00 às 14h00 e cumpre o restante da jornada dele de 8 horas, aí até as 17h00. Com relação a quem mais ajuda esse profissional, hoje nós contamos com estagiários, esse profissional é um profissional efetivo do município que é o responsável por orientar e coordenar todo esse período do almoço com o auxílio de estagiários, como todos os demais setores do município, que desfrutam dos serviços de estagiários. Passamos por muitas dificuldades com a falta desses profissionais, mas a organização está configurada desta forma. Quando esse profissional falta na unidade, quem atende? direção, direção auxiliar, a gestão da unidade organiza ali um profissional para poder estar cobrindo essa falta de material humano nesse período do almoço”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Deixa eu perguntar, mas nesse horário de almoço, tem mesmo tendo o professor articulador ou diretor, ou diretor auxiliar, não acompanha ou não supervisor, não isso”. A Conselheira Rosiani diz: “Nós estamos aguardando sair a deliberação e a estruturação que a gente gostaria de fazer, a partir daí é que fica o profissional articulador e o diretor auxiliar, que fica também a serviço deste momento”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Ah, então é preciso colocar essa proposta, se vocês querem que o diretor auxiliar e eu acho importante, eu no início quando eu entrei lá em Curitiba eles faziam uma escala entre eles, os diretores e ainda tem, tinha um que eles chamavam de coordenador administrativo dentro da escola, esse era obrigatório estar acompanhando no caso, que é o mesmo que o professor articulador que você coloca aí que já existente, mas o diretor e o diretor auxiliar, eles faziam a escala deles, entre eles, um para estar sempre um deles acompanhando porque era uma escola grande e uma pessoa só cuidando e para esses problemas que aparecem não ficar tudo somente para o professor articulador, que claro que ele não vai dar conta sozinho, e acontece uma criança se machucou, um problema que aconteceu com um dos estagiários, então, ela precisa ter mais alguém como suporte, eu acho que é bem interessante fazer essa colocação aí, mas eu não sei se você coloca fechado, porque na falta dele, daí como é que fica, não sei”. A Conselheira Rosiani diz: “Propõe-se preferencialmente, então, o diretor auxiliar e que daí deixa aberto. Ou você acha que já faz uma lista de profissionais”? A Conselheira Ana Lucia diz: “Ou colocar uma alternância entre eles para não ficar a responsabilidade só para o diretor auxiliar, eu não sei, eu estou apresentando uma proposta aqui para a gente pensar junto, porque quando coloca uma responsabilidade só para um o diretor, ele vai acontecer que nem a EJA. Se ficar só o diretor

auxiliar, como já tinha em algumas unidades quando se fazia perguntas sobre a EJA, o diretor não sabia responder. É como se não fosse, mas não é minha responsabilidade e do diretor auxiliar e eu acho que é uma responsabilidade de todos da escola. Digamos que seja de todos. Ah, mas não tem o diretor e o diretor auxiliar foram para outro local que eles tinham uma reunião com a Semed, então nenhum dos dois estará presente. Quem vai ajudar esse professor articulador? Eles se organizam, pode fazer depois um horário separado pelo próprio pedagogo para lhe auxiliar neste momento, porque é um dia específico, ah, faz um almoço mais tarde, a não ser, claro, aquele que tem um padrão só, mas daí vai perguntar também se é possível esse auxílio, mas que ele não fique sozinho é bem ruim. Eu propus aqui alternância entre a direção, alguém tem outra proposta”? A Presidente Domingas de Fátima diz: “Eu acho que é isso mesmo, alguém contrário”? O Conselheiro Luiz Carlos diz: “Então eu só tenho uma pergunta, esse daí é só pra questão da diretora ou pode ser outros da equipe também”? A Conselheira Ana Lucia diz: “Como a Luiz”? O Conselheiro Luiz Carlos diz: “É a responsabilidade que você está falando para alternar entre diretores? Aí caberia essa responsabilidade”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Para outros, mas nem do professor articulador, que é o responsável, hoje é esse nome, pode ser que mude depois. A gestão tem responsabilidade, quem é a gestão? o diretor e o diretor auxiliar? Então, na hora do almoço, além de ser professor articulador, tem que ter também o acompanhamento, outro diretor, outro diretor auxiliar e a Rosiani tinha colocado que a proposta dele seria o diretor auxiliar, eu coloquei a proposta de ter alternância entre os dois para que o diretor não sinta responsabilidade, eu trouxe, não é minha e eu não tenho responsabilidade, entendeu? Já aconteceu isso acontece na EJA A própria lei. Lá ela fala dessa responsabilidade, por exemplo, com a EJA, que são os dois, por isso que eu propus, em vez de ser só o diretor auxiliar, ter a alternância, ah, hoje é o diretor que vai acompanhar ou se eles vão fazer isso por semana ou se eles vão fazer isso a cada três dias. Eles se organizam, mas que a responsabilidade seja de um dos dois”. “O Conselheiro Luiz Carlos diz: Entendi, perguntei por que de repente a minha dúvida seria em relação ao pedagogo e tudo mais, saber se eles poderiam também fazer parte, mas eu acredito que eu entendi”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Pode”? No caso, por exemplo, como eu falei assim”. O Conselheiro Luiz Carlos diz: Não mudam, eles não saem da unidade”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Não, tem diretor e diretor auxiliar, e eles foram para uma reunião na Semed. Quem que vai auxiliar nesse horário? Aí vai ter que conversar com o pedagogo, por exemplo, tem alguns lugares que até o próprio secretário faz essa ajuda, ah, então outras pessoas sim, mas vai da organização da direção, ela que vai verificar naquele dia, para o professor articulador não ficar sozinho, por exemplo, é isso que a gente está colocando para ele não ficar só ele com os estagiários, porque acontece alguma coisa, ele está só”. A Conselheira Dhebora diz: “Até onde eu tinha conhecimento, os profissionais que são 40 horas, não podem assumir essa responsabilidade por causa da legislação e o respeito do nosso horário de almoço, vou falar nosso, porque eu sou 40 horas, então a gente tem que fazer o intervalo e fazer as 4 horas, isso que tinha sido orientado pelo RH, não sei se a gente pode escrever coisas desse jeito, para contar com outras pessoas. Mas se essas pessoas não estão no perfil? Que podem estar trabalhando nesse horário”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Não, eu não coloquei isso, eu coloquei só da gestão mesmo no caso, quando faltar, a diretora vai organizar lá dentro, ela vai ver a melhor forma possível, mas a gente não colocaria no papel. Dhebora, a gente colocaria no papel apenas a responsabilidade do diretor, do diretor auxiliar, fazendo uma alternância no caso da falta dos dois. Aí a diretora vai verificar lá a direção vai ver quem é que pode

acompanhar, porque é um guia específico, é um dia que é excepcional, digamos assim não pensando no momento de colocar o pedagogo, por exemplo, que tenha essa responsabilidade hoje não vai ter os dois. Dhehora será que você fica lá hoje? Daí você vendo vai ser, ah, não, hoje só eu fico, não tem problema, entendeu? Ou não”. A Conselheira Dhehora diz: “Então, o que acontece hoje? Eu fiquei aqui na hora do almoço, como é que é? Mas em vez de faz as nossas negociações”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Exatamente às vezes, eu só eu preciso sair amanhã cedo, então eu vou eu”. A Conselheira Dhehora diz: “Não, eu só falei porque temos de ficar registrado bem certinho, de quem é a responsabilidade, porque daí a pessoa e também para responder para o Luís Carlos, porque que não é colocado, pedagogo, secretário, porque a gente é 40 horas, então o problema é o 40 horas, não a função pedagogo, secretário, professor, qualquer outra coisa que fosse”. A Conselheira Ana Lucia diz: “É por isso que a responsabilidade maior é sempre da gestão, ela, independente de horário, ela tem uma responsabilidade, tanto que ela abre às 7h00min, ela vai fechar, ela pode fechar mais tarde, no caso de Cmei que fecha às 18h00min, por exemplo, extrapola, já extrapola. Aí às 08h00min do dia, mas se faz uma organização para que ninguém ultrapasse o horário, OK? Então do horário de almoço na jornada de trabalho, seria isso? A carga horária das crianças”. A Conselheira Rosiani diz: “Na jornada ampliada o que entra no SERE para ir para ALRCO no SERE entra o horário do almoço? Mas no LRCO não é registrado esse horário de almoço. A atividade das 11h30min às 13h00min não é registrado é registrado das 13h00min às 17h00min, por exemplo, que é quando eu tenho o professor de referência de cada turma que vai fazer registros de objetos de conhecimento. Então assim, o que o pessoal da documentação me explicou que o SERE contabiliza o horário de almoço tranquilo, OLRCO não consegue fazer isso, mesmo tendo ações pedagógicas ali no horário de almoço, eu tenho unidades que aproveitam horário de almoço para fazer ensaio de fanfarra, eu tenho unidades que trabalham com xadrez, horário de almoço, mas isso não tem como ser computado no OLRCO neste horário daí é computado mais tarde. Eu não sei se te respondi sobre os estudantes, ficam 9 horas e meia dentro da unidade, contando a base comum mais a jornada ampliada das 7h30min às 17h00min”. A Conselheira Ana Lucia diz: “ Ele tem especificamente um mínimo que seria sete horas”? A Conselheira Rosiani diz: “Isto, ele atende duas horas e meia a mais por dia”. A Conselheira Ana Lucia diz: “ Eu penso que a gente coloca o mínimo, porque pode ter outra organização aí que pode, digamos, não contempla às nove horas não contempla às oito horas, porque nós temos por exemplo em algumas unidades, pode acontecer de ter um atendimento de sete horas”. A Conselheira Rosiani diz: “Aí a legislação maior e se precisar adaptar de acordo com a legislação maior também está cumprindo o mínimo que é sete horas”. A Conselheira Ana Lucia diz: “ALRCO, ele é 8 horas”. A Conselheira Rosiani diz: “ Ele conta o turno e contra turno, porque é quando nós conseguimos deixar o professor de referência para cada turma, pelo menos quer dizer, eu tenho o articulador que é professor, daí ele teria que ficar para todas as turmas e fazer o registro das ações de todas as turmas, não seria mais alguém? Eu não sei, o pessoal da documentação ainda não conseguiu organizar isso para mim, então hoje nós fazemos assim, sem registro, na ALRCO do horário de almoço, mesmo tendo ações pedagógicas”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Ok, pessoal, e quem tiver dúvidas, pode ir perguntando quem discordar também vai perguntando, vai ali fazendo as colocações. Eu estou perguntando por que são debates importantes aqui que a gente vai precisar registrar. O Jacir Já me falou do registro do ALRCO com alguns municípios, eu percebi que eles colocaram a língua inglesa como obrigatória nesse trabalho da Escola em Tempo

Integral”. A Conselheira Rosiani diz: “Tem cidades, tem municípios que colocam a língua estrangeira e não só a língua inglesa, colocam como um dos componentes a língua estrangeira, até por justificar a questão dos migrantes dos imigrantes que estão muitos venezuelanos, haitianos também e inseriram aqui, nós ainda não inserimos a língua estrangeira, mas é possível sim, inserir também. Você até perguntou, já que você entrou aí nesse assunto que alguns municípios se organizam em macro Campos, os macro Campos, eram uma organização que vinha do Mais Educação, e nós nos organizamos e denominamos a está fundamentado na proposta e agora na revisão do currículo. A gente está aprofundando e explicando melhor isto. Nós não usamos o termo macro campo, usamos sim a organização por dimensões da educação integral, da formação integral. Então nós nos organizamos em cinco dimensões, que é a dimensão intelectual ou cognitiva, a dimensão física, dimensão social, dimensão cultural e dimensão emocional. Então tem toda uma fundamentação e uma organização baseada nas dimensões da formação integral, por isso nós não usamos o termo macro campo e usamos o termo dimensão”. O Conselheiro Luiz Carlos diz: “Eu tenho uma dúvida referente a essa questão que você disse ali, Rosiani, da inserção, da língua estrangeira por conta da gente ter de fato, muito estrangeiro, na questão tanto dos venezuelanos quanto dos haitianos que vêm, realmente a nossa rede está superlotada desses atendimentos, nós estamos principalmente no Cmei. A questão da minha pergunta é a seguinte, essa inserção da linguagem é da segunda língua, aí seria simplesmente só por conta disso ou já cria parte desse projeto? A Conselheira Rosiani diz: “ Não, essa possibilidade é de acordo com a necessidade, com o contexto, por exemplo, eu tenho unidades que não têm estudantes imigrantes e não vêem a necessidade do trabalho como esse, já eu tenho unidades que têm muitos e assim acontece quase que naturalmente essa questão, trabalho uma proposta em língua portuguesa e já tem a variação no espanhol, como no caso dos venezuelanos, no currículo, ele não está estruturado como tem que entrar a língua estrangeira, havendo a possibilidade, isso que eu sempre explico o nosso organizador curricular, é uma proposta mínima, um orientador, mas ele é aberto quando eu olho para as dimensões, se na dimensão social e na dimensão cultural há a necessidade no contexto local, de inserir a língua estrangeira para eu poder incluir esses estudantes também, eu posso, sim, o texto da proposta disse que eu posso”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Mas pensando enquanto rede, se a gente colocou no local, a gente precisa colocar em todos”. O Conselheiro Luiz Carlos diz: “ A minha dúvida é exatamente, porque nós somos universal, certo? O nosso atendimento é universal, então o que vale para um vale para todos”. A Conselheira Rosiani diz: “Hoje eu tenho uma proposta mínima”. O Conselheiro Luiz Carlos diz: “ Se eu olhar essa necessidade para quem só tem esses atendimentos internacionais, essas pessoas de outro país e quem não tem vai ficar sem ser atendido, então fica uma coisa dúbia, não entendo”. A Conselheira Rosiani diz: “ Não, eu preciso esclarecer uma coisa, eu tenho uma proposta e uma organização mínima, onde o que a Ana Lucia perguntou que, em alguns lugares tem a língua estrangeira como obrigatória, a língua estrangeira na nossa organização não está como obrigatória, mas é possível incluir, e isso que está claro hoje, ninguém tem essa obrigatoriedade. No nosso município a nossa proposta curricular não traz a língua estrangeira como obrigatória pra ampliação de tempo, isso é igual pra todos, tem quem trabalhe propostas e estratégias utilizando outra língua estrangeira, tem por conta de quê? Por conta da clientela, do local, tá certo”? O Conselheiro Luiz Carlos diz: “Esclareceu sim, a minha dúvida não é que a gente não tem como não falar disso, não parecesse xenofóbico, não é essa a minha intenção, dizer que o que os haitianos ou venezuelanos não têm direito, não, pelo

contrário, não é isso, mas o que eu acho é que, quando, por exemplo, se eu sair daqui, eu vou para os Estados Unidos, por exemplo, eu tenho que me adaptar à linguagem deles, não vai ter uma escola específica que vai atender a minha necessidade do português, então não sei, eu fico com uma dúvida, um adendo, referência essa questão aí da escola que está tendo esse público venezuelano, esse público que vem de outros países, ter a obrigatoriedade ou ter a necessidade, ou ter a opção de fazer essa adesão ao atendimento espanhol, francês ou inglês, assim que seja, que eles tentem se adaptar na questão da nossa língua e que eles estão se inserindo na nossa rede. É nesse sentido que eu estou falando, não quero que pareça que eu estou indo contra ou sou contra estrangeiros, porque já me falaram isso, é porque se eles estão se inserindo na nossa rede, eles deveriam vir para dentro com tudo, não nós nos adequamos a eles". A Conselheira Rosiani diz: "Eu penso que essa discussão está além da gente nesse momento, porque a obrigatoriedade ou não de incluir a língua estrangeira é nem regular, na base comum. Hoje nós temos a língua inglesa como obrigatória no município, mas pela base nacional ela não é obrigatória, ela é opcional e eu acho que é a mesma coisa se aplica para a ampliação de tempo, ela pode ser inclusa, havendo a necessidade ou havendo o consenso de que deva ser incluída, ela pode, mas não é obrigatória, então eu acho que a gente segue a mesma orientação da base comum, é obrigatório, não é? Eu acho que vai do consenso da rede hoje em termos de rede, para ampliação de tempo, não se tem colocado a língua estrangeira em contexto local. É possível colocar? Por via de projeto pedagógico, porque tem a necessidade do contexto. É possível, mas não é obrigatório". O Conselheiro Luiz Carlos diz: "A gente pensa na expressão das estruturas de documento, acho que isso poderia ser colocado de uma forma bem clara mesmo, para poder entender que não obriga, de fato quem é diretor, quem trabalha no chão, que nem eles estão eles, eles chegam exigindo, a gente tem aqui pessoas que chegam exigindo que têm que ser, e nós temos uma base nacional, não é do nada que vem todo esse discurso, essa narrativa e toda essa construção de documento Rosiani, obrigado". A Conselheira Ana Lucia diz: "E a questão da avaliação? Alguns municípios ali têm a proposta do parecer, tem município que contempla nota ele tem a previsão de nota, e se ele for trabalhar com as áreas do conhecimento não seguindo a mesma questão, quando a gente fala de educação física, esse não é um parecer, mas que alguns estão contemplando, daí Rosiani, se puder falar um pouquinho. A Conselheira Rosiani diz: "Posso sim, é a mesma questão também, são dois caminhos atrelados ao regime de funcionamento, então a instrução normativa lá do estado explica que se eu optar como é o caso que eu citei no início que a gente está tentando implantar uma escola integral, por exemplo, aí é regime de turno único. Se eu optar pelo regime de turno único, aí tudo tem que ter nota, então, provavelmente os municípios que têm atribuição de nota é porque eles estão no regime de turno único, então tem nota para o que é da base comum e tem nota para o que é da parte diversificada. Assim como a gente tem organização de educação física, arte e tal, tem alguns que vão na questão de parecer conforme o que é implantado ou optado pelo regime. O que nós temos hoje, nós não trabalhamos com nota, a avaliação é feita através de portfólio, e eles têm o portfólio que são estabelecidos critérios de avaliação, conforme o ano que o estudante está matriculado no ensino regular são os critérios que o professor tem que observar ali, se aquele estudante está atingindo ou não, temos também um modelo sugestivo de parecer descritivo para aquelas unidades que querem ofertar aos pais um registro por escrito, a gente tem também essa discussão a disposição das unidades para estarem trabalhando. O que é que é exigido que a gente acompanha? O portfólio onde ali eu tenho todo o desenho da vida do estudante, é o

número de faltas dele no regular, o número de faltas no tempo ampliado, as notas dele no regular, os registros das observações do professor frente aqueles critérios que precisam ser alcançados e assim por diante. O portfólio é individualizado, ele é feito durante todo o ano e a recomendação é que uma cópia dele fique arquivada na pasta individual do estudante”. A Presidente Domingas de Fatima diz: “Rosiani, só uma dúvida, então, o projeto que você está estão falando seria da escola integral? Mas não seria num turno único, seria contra turno”. A Conselheira Rosiani diz: “Ampliação de jornada, tempo ampliado é disso que a gente está falando, então, num turno hoje a gente está discutindo isso num turno, o estudante vai ter o ensino regular, a turma dele lá, no primeiro ano, terceiro ano, quarto ano e no outro turno ele vai ter o atendimento do tempo ampliado do PAS, no caso, que é o que nós temos hoje. Então no outro turno é que ele vai fazer as atividades da parte diversificada, aquelas que eu denominei A pouco que a gente se organiza em dimensões da formação integral”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Eu preciso perguntar aqui para poder colocar no documento. É então o parecer descritivo, é opcional que você deu para a escola, é isso? Hoje é assim. O portfólio é obrigatório”, A Conselheira Rosiani diz: “ Isso para todos os estudantes que passam pelo PAS”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Então, na verdade é assim, não tem como deixar o opcional”. A Conselheira Rosiani diz: “O parecer fica os dois obrigatórios”? A Conselheira Ana Lucia diz: “Não sei. A gente precisa colocar aqui para ver qual é o mais funcional aqui para não ter duas coisas trabalhosas a se fazer ou que são similares, entendeu? Não tem, por exemplo, que a escola Castro Alves colocar também o parecer descritivo enquanto a escola Narciso Mendes não colocar, porque vai ter essa comparação e como eu falei, é um trabalho de rede, ou faz os dois ou faz um só. O que tinha do descritivo, até dei uma olhada no documento do parecer. Descritivo e o portfólio eu estava em dúvida, o portfólio, com a sua explicação, eu achei que ele ia ficar mais completo”. A Conselheira Rosiani diz: “Ele é mais completo sim, e o parecer na verdade é algo para entregar para a família, saber como que o estudante ficou naquele período, naquele trimestre, ali, o portfólio traz mais detalhado a vida, o percurso formativo do estudante, ele é mais detalhado nisso, por isso, a gente coloca como ele sendo obrigatório e o parecer é para aquela unidade que quer essa proximidade com a família e quer que a família tenha esse documento em mãos, mas se temos que optar por um como obrigatório para todos, eu ficaria com o portfólio”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Ou os dois? Então nesse caso é obrigatório”. A Conselheira Rosiani diz: “Porque assim o parecer descritivo, a família precisa ter um retorno pelo celular, está lá o dia todo, se o portfólio vai ser algo interno, que é só da escola, precisa sim ter a devolutiva para a família, porque o portfólio para a família, a cópia do portfólio é muito oneroso, porque ele tem muitas páginas, sabe?, então, por isso que a gente transformou. Ah, mas a gente quer alguma coisa para a família, para podermos dar uma cota do portfólio, sai muito caro, por isso que a gente fez um modelinho ali, como base de parecer descritivo para ser algo com menos custo para a família, mas dá para instituir os dois como obrigatório? Sim, perfeitamente, se tivesse que optar por um deles, eu optaria pelo Portfólio porque acho ele mais complexo”. A Conselheira Ana Lucia diz: “ Sim, eu coloquei aqui porque tendo os dois, um vai ajudar a complementar e inclusive penso eu, que uma cópia também, do parecer descritivo, deve ser encaminhado ao professor regente, e o portfólio necessariamente seria também para o professor regente, a hora que ele estiver lá, fechando as suas notas, fechando as suas coisas. É até mais importante até que do professor, que é o responsável pela educação integral, dentro das possibilidades, participa também do conselho de classe, ele tem que participar realmente. A orientação que a gente dá é que o

portfólio tem que ir para o momento do pré conselho, o professor que fica o dia inteiro na escola, a gente recomenda que ele esteja também no pré conselho da turma dos estudantes dele, as escolas que não conseguem ou é o professor articulador que faz todo esse repasse no pré conselho, na presença do professor regente daquele estudante ou o próprio pedagogo que faz essa articulação, daí entre os dois turnos, mas esse diálogo para o processo ensino-aprendizagem é primordial na ampliação de tempo de algo entre os profissionais que atendem e agentes que participam da formação da desses estudantes. Tem uma resposta para o Luiz Carlos ali do chat sala de recursos. Ele está perguntando a respeito de sala de recursos, em termos de sistema, o estudante de sala de recurso, ele não pode ter três matrículas, estudante nenhum, então ele tem uma matrícula no ensino regular, uma matrícula na sala de recursos, uma terceira matrícula no tempo ampliado, ele não pode ter, então a gente recomenda que esse estudante freqüente a sala de recursos porque é um atendimento especializado para a sua

dificuldade, digamos assim, ou se a família disser assim não, mas eu não quero, quero que ele fique aí. A família vai ter que optar, ou sala de recursos ou o tempo ampliado, porque o sistema hoje não aceita três matrículas, só duas ou o regular ou a sala de recursos ou o regular e o tempo ampliado". A Conselheira Clície diz: "la falar sobre a sala de recursos, mas a Rosiani já respondeu e eu iria sugerir, eu sei que para as escolas tirarem cópia dos documentos acaba se tornando bastante oneroso, como todos os professores agora têm tablets talvez fosse interessante internamente, esses pareceres e esse portfólios fossem em arquivos, online, no caso, um drive, e daí a impressão fosse somente para as famílias também". O Conselheiro José diz:" Só uma dúvida com essa nossa discussão com relação a educação, a Educação em Tempo Integral ela está relacionada com essa lei recentemente aprovada pelo governo federal na educação em tempo integral, isso". A Conselheira Rosiani diz: "Isso também, na verdade, a gente está regulamentando uma ação que o município já faz há anos, e a lei do governo federal é a cereja do bolo veio endossar e nortear mais um pouco o nosso trabalho". O Conselheiro José diz:" Essa proposta, esse programa, é para ser implantado em cem por cento das escolas do município?". A Conselheira Rosiani diz: "Não, nem pela lei do governo federal e nem na nossa proposta, a ampliação do tempo integral a nível de Brasil, é pra ser gradativa e de acordo com o potencial de cada local, por exemplo, hoje eu tenho vinte unidades que têm potencial ali em termos de espaço para ampliação de tempo, ao final de cada ano, a gente no momento de dimensionamento com as escolas, com desenho para o ano seguinte, a gente faz a análise de escola por escola?, pra ver onde há potencial pra iniciar ao menos uma ou 2 turmas com ampliação de jornada, nós estamos falando de ampliação de jornada, não de escola em tempo integral, a lei federal tem esse nome, mas o texto da lei diz que o grande objetivo do governo federal é ampliar as matrículas em tempo integral, pode ser de escolas cem por cento integral ou parcial como é a proposta que a gente está discutindo agora, que é a ampliação de jornada parcial onde for possível, onde houver potencial". O Conselheiro José diz:" Dentro dessa questão dos documentos, e disponibilizarem, além da questão que a Conselheira Clície sugeriu de você criar o drive para os professores, já que eles todos estão com os seus tablets, você poderia também colocar no documento a questão de disponibilizar, sempre que solicitado, via protocolo, toda aquela questão, será que tem da prefeitura, pros pais, porque eu posso de repente, quando o pai levar lá um pen drive para solicitar essa documentação ou de passar o meu drive? Pra que você possa fazer a transposição de drive para drive sobre o documento, acho que seria legal inserir isso porque o

pai vai ter o documento sempre quando é solicitado por algum tipo de médico, por algum lado ou por alguma situação e você não tendo a necessidade de imprimir, porque hoje quase nada está se imprimindo, está sendo tudo de maneira digital, poderia colocar esse documento, se solicitado, poderia ser autorizado". A Conselheira Rosiani diz: "Não sei a implicação legal dessa". A Conselheira Ana Lucia diz: "Não eu para os pais, para as famílias, é o documento físico mesmo, da entrega". A Conselheira Rosiani diz: "E como pode ser"? O Conselheiro Luiz Carlos diz: "Enquanto eu quero parecer, mas eu quero aquela outra mais completa também, daí como é que eu vou fazer? A escola tem que imprimir tudo"? A Conselheira Ana Lucia diz: "O portfólio? Não vê se ele é acesso aos pais, ela já colocou que não é um acesso dos pais". O Conselheiro Luiz Carlos diz: "Mas tudo o que diz respeito à criança, eu tenho direito. A Conselheira Rosiani diz: "Eu vou transpor um parecer que o portfólio ele está numa linguagem mais de pedagógico mesmo, professor para professor". O Conselheiro Luiz Carlos diz: "Mas juridicamente, legalmente, o pai tem acesso". A Conselheira Ana Lucia diz: "Por isso aí ele vai entrar lá na prefeitura e vai pedir". O Conselheiro Luiz Carlos diz: "Sim, mas já estou falando para colocar isso no documento, para deixar mais claro, porque a idéia objetiva é essa". A Conselheira Ana Lucia diz: "Mas se dá a cópia física". A Conselheira Rosiani diz: "Isso não é compartilhamento, por isso que eu disse que eu não sei a questão legal dessa de colocar essa questão de compartilhamento, porque daí o pai solicitando o pai tem a tem direito a ter acesso a todas as informações sobre o filho dele dentro da unidade, em qualquer momento, em qualquer tempo, tanto na ampliação de tempo quanto no regular ele solicitando à escola, tem que fornecer isso para ele, mas daí é um relato à parte específico, com todas as informações". O Conselheiro Luiz Carlos diz: "Vou mudar o verbo, não é o compartilhamento eu acho que poderia ficar claro dentro do documento se o pai solicitar envia protocolo via regimento legal, e poderá ser disponibilizado". A Conselheira Rosiani diz: "Esse já está certo, é direito dele", O Conselheiro Luiz Carlos diz: "Mas está escrito", A Conselheira Rosiani diz: "Mas isso é, geral". A Conselheira Ana Lucia diz: "Que juridicamente ele pode, mas ele vai pedir lá via prefeitura". O Conselheiro Luiz Carlos diz: "É isso, eu só acho que como a gente está trabalhando no documento, quanto mais claro ficar é melhor, é uma idéia, uma sugestão, claro, é a organização dos espaços". A Conselheira Rosiani diz: "Cada unidade precisa ter ao menos uma sala de aula disponível que comporte no mínimo 20 estudantes. As turmas do PAS hoje são recomendadas que elas tenham 20 estudantes, em média, em cima de 20 estudantes por turma que nós fazemos todos os nossos cálculos para a merenda, para repasse de qualquer coisa é em cima de 20 estudantes por turma. Tem pelo município uma turma ou outra que tem um pouquinho a mais, mas daí eu tenho aquela turma que tem um pouquinho a menos e uma compensa a outra, mas o número médio é de 20 estudantes por turma e também as escolas precisam ter um espaço para refeitório, então cada escola fez uma adaptação ali de um espaço onde os estudantes possam estar acomodados na hora da refeição, o mobiliário e todos os utensílios para esse momento da refeição são fornecidos pela empresa terceirizada que atende o município, mesas, bancos, Buffet que mantém a comida aquecida, são todos fornecidos pela empresa, está em contrato. Nós temos unidades que tem uma sala específica para montagem desse refeitório e temos unidades que fazem isso no pátio coberto da escola, então as mesas são dispostas ali a um local acessível onde o buffet pode ser transportado todos os dias e ligado na tomada para ficar acessível aos estudantes. Em termos de espaço físico, seria isso. Outros espaços porque a ampliação de tempo ela trabalha muito com a ressignificação de tempo e espaço, outros espaços, dentro da unidade,

como o espaço para fazer uma horta, a quadra, espaço para fazer um Jardim, tudo isso é contemplado dentro da ampliação de tempo, quando você trabalha com tempo ampliado, você tem que ter o olhar para potenciais de espaço também para estar trabalhando com os estudantes”. A Conselheira Ana Lucia diz:” E essa organização dos espaços, ele tem uma organização de utilização, porque o regular, por exemplo, a quadra de esporte, e aí vai ter uma questão de organização de horário para a escola de tempo integral também possa utilizar para as turmas de tempo integral também possa estar utilizando qual a orientação que vocês têm dado”? A Conselheira Rosiani diz:” As escolas, cada uma tem um espaço diferente da outra, cada uma tem a sua organização dessa questão do espaço, mas como eu tenho o professor que trabalha a dimensão física, a cultura corporal do movimento e tal, então a escola precisa garantir que esse profissional tenha espaço adequado pra trabalhar com esse estudante. Eu vou citar o exemplo da Escola Rosi Machado Marchesine, que é a escola que eu trabalhava antes de vir pra Secretaria e que eu conheço, lá tem a Quadra externa, tem o ginásio de esportes lá no fundo, do ginásio de esportes tem o espaço de areia, que pode ser utilizado e tem outros espaços de grama e calçadas que também podem ser utilizados. A escola tem uma escala anual lá que é feito entre o colégio estadual, o ensino regular e a ampliação de tempo de quem vai usar. Qual espaço em cada semana varia muito de escola para escola, mas a orientação é dada, que precisa selecionar um espaço para que essa parte da atividade física seja desenvolvida, não apenas a atividade física, mas a própria fanfarra ou outras atividades que precisa de espaço externo à gestão, é orientada a organizar isso”. A Conselheira Ana Lucia diz:” É porque tem que fazer uma escala para os espaços comuns.” A Conselheira Rosiani diz:” Até o próprio refeitório tem unidades, então tem o horário que vai, porque o lanche é diferente, o lanche da turma de tempo ampliado é um e o lanche da escola é outro por uma questão nutricional, como eles vão comer o lanche da escola no horário que eles estiverem no regular no horário que eles estão no tempo ampliado, eles comem outra coisa, então tem até escala para uso do refeitório. A gente recomenda que o horário de Recreio seja comum para que não haja separação, não crie se duas escolas dentro do mesmo espaço e até para os professores desfrutarem da mesma sala naquele momento de intervalo e tenham acesso aos mesmos recados nesse momento de intervalo, mas a escola é orientada a se organizar, e como um todo vendo a turma do tempo ampliado como mais uma turma da escola, que tem os mesmos direitos das demais turmas” A Conselheira Ana Lucia diz:”. O que eu quero perguntar tanto da alimentação e do transporte também. Alimentação, quando você falou que é diferenciada”. A Conselheira Rosiani diz:” O cardápio, quando a gente pensa em abrir uma turma de tempo ampliada, primeiro lugar que a gente pensa em conversar é com a Divisão da Alimentação Escolar, porque o impacto maior orçamentário é ali, então, assim como que as nutricionistas organizam o cardápio para o lanche do contra turno, um cardápio específico que é diferente do lanche da turma do Regular, isso por uma questão de valor nutricional que o indivíduo precisa receber durante o dia, elas fazem toda essa análise técnica ali que compete a elas e por isso que a alimentação é sempre diferente. No almoço o cardápio é todo montado pela equipe de nutricionistas da Divisão de Alimentação Escolar da Semed, e o almoço é todo fornecido pela empresa terceirizada contratada, almoço, lanche e toda alimentação, a criança não traz alimentação de casa e também ela não vai para casa para se alimentar, é por isso que em alguns momentos nós encontramos no percurso aquele estudante que se matriculou no tempo ampliado, mas um mês depois, a família abriu mão dessa matrícula porque ele não se adaptou à questão alimentar, porque a gente não tem como

permitir que se traga uma marmita pra essa criança ou que leve em casa, dá almoço e traga de volta, então a família acaba optando por desistir. Mas a alimentação é a mesma para todos e toda preparada e fornecida pela empresa terceirizada, dependendo das questões contratuais, ali é enviado mais um profissional da empresa da Rizotolândia para auxiliar a servir. Eles têm umas tabelas de cálculos, tanto os estudantes, tantos profissionais, e dependendo da necessidade, eles mandam mais um profissional para auxiliar”. A Conselheira Ana Lucia diz:” Eles não vão para casa em momento algum?”. A Conselheira Rosiani diz:” Não, das 7h30 às 17h00 o tempo todo dentro da unidade os cinco dias da semana” . A Presidente Domingas de Fátima diz: ”Pelo que eu percebi um número reduzido de crianças que irão participar, não é oferecido a todos os alunos da escola”. A Conselheira Rosiani diz:” Depende do que a escola consegue ofertar de espaço e quais os critérios para essas crianças participarem”. A Presidente Domingas de Fátima diz:” Os critérios hoje, a gente trabalha com estudantes com dificuldade de aprendizagem, principalmente língua portuguesa e matemática, dificuldades essa onde?”A Conselheira Ana Lucia diz:” Eu entendo a tua dúvida, mas eu preciso falar do transporte, Porque Estou seguindo uma seqüência, até conversei um pouquinho com a Rosiani para a gente não se perder na hora do da elaboração do documento, é o atendimento Fátima os critérios, acho que é o próximo item, depois do transporte e tem quadro de pessoal, mas eu preciso ver porque a alimentação e transporte estão ali junto. Como vai aumentar o atendimento porque vai ter as crianças do regular e vai ter o as crianças no tempo integral, Já tem essa organização? A questão de impacto financeiro porque aumenta essa questão do atendimento dessas crianças para o transporte”. A Conselheira Rosiani diz:”Está com relação ao transporte, José, pode me endossar? Não são muitas escolas que atendemos hoje, a escola que eu tenho certeza que todos os estudantes que estão no PAS e utilizam o transporte da prefeitura é a Escola Papa Paulo VI lá todos os estudantes utilizam e é por isso que lá a gente tem uma questão assim, é muito difícil. É a questão do transporte, porque quando dispensa de uma escola, tem que dispensar da outra, porque eles têm a estadual também, o Colégio Anita Canet é a única escola que utiliza o transporte, as demais não utilizam o transporte da prefeitura, não é fornecido, então o impacto no transporte não é tão grande no momento, e assim, esse estudante que fica lá na Escola Papa Paulo VI, eles têm também muitos estudantes que ficam no Patronato Santo Antônio, então os ônibus já tem toda uma organização de ir cedo e pegar só de tarde por conta de trezentos estudantes que ficam no Patronato Santo Antônio, entre as duas escolas, a Escola Papa Paulo VI e o Colégio Anita Canet, que utilizam o transporte, então os parentes, estudantes que ficam no PAS lá na Escola Papa Paulo VI, são mais, são poucos a mais já dessa organização que eles têm”? O Conselheiro José diz: ’ Só um, é justamente isso que a que a Rosiani falou, de fato hoje, é só a Escola Papa Paulo VI que a gente atende dessa forma, aí tem o PAS, que na Escola Castro Alves a gente atende também, mas é de forma diferenciada, mas assim sobre a questão do transporte, ainda não entendi muito bem como que serão escolhidas as escolas pra que elas possam aderir ao programa. Mas pra gente poder saber qual vai ser o impacto financeiro e se tem o impacto operacional também, a gente tem. Tem primeiro que saber quais vão ser as escolas que vão participar do programa, o que, por exemplo, se for uma escola aqui da região central, os alunos não usam o transporte, é o impacto, ele só vai existir se a escola que aderir ao programa, como a escola onde alunos estão matriculados já utiliza transporte escolar, porque nós teríamos que, ao invés de atender aquele grupo de alunos em meio período, nós teríamos que atendê-lo em período integral, qual que é o cuidado que nós vamos ter que ter? É a questão operacional, que é a lotação do

ônibus, porque aquele aluno que hoje vai de manhã e volta no almoço, ele vai começar a voltar no final do dia, junto com os alunos da tarde, então teria um problema aí de lotação no ônibus, O que o que nos obrigaria a ter que aumentar, e colocar um ônibus a mais? Enfim, a gente teria que verificar o que teria que ser feito, isso sim, iria impactar na questão financeira, mas para a gente poder ter essa idéia, precisamos saber primeiro qual é a escola, e identificar se essa escola tem alunos matriculados que usam o transporte para em seguida fazer o estudo de impacto financeiro que isso vai causar para administração”. A Conselheira Rosiani diz: “Isso, a escolha das escolas, é feita nessa altura de cada ano onde é feito o dimensionamento para o ano seguinte e é observado se há salas ociosas, espaços ociosos de potencial para a implementação da educação em tempo integral e a gente toma justamente sempre esse cuidado de consultar em primeiro lugar, a alimentação pra ver a questão do impacto, já com números em mãos, temos a possibilidade de tantos estudantes para o ano seguinte em tais e tais escolas. Havendo o aval da alimentação, tem também a questão do transporte, mas o transporte como o José mesmo falou, é mínimo o número, nós não temos nenhuma escola do núcleo oito, por exemplo, que as escolas rurais que tenham a ampliação de tempo, porque são escolas que têm um espaço bem limitado e a maioria das escolas que utilizam o transporte público, então nós não temos. A Escola Castro Alves que ele falou desde a sua implementação nesse espaço locado, que não é muito próximo à escola que fica a 1 km e pouco então a prefeitura disponibiliza um ônibus que faz todo esse traslado dos estudantes da Escola Castro Alves para o espaço local e para Escola Castro Alves”. O Conselheiro Luiz Carlos diz: “Eu só acho que o transporte, na hora de entrar e na hora da saída, não vai ser tão complicado, agora a alimentação vai, alimentação vai ter um aumento triplo até se você for verificar”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Pergunto se essa questão hoje não tem impacto, mas futuramente sim, porque pela própria prefeita, a intenção dela é que todas as escolas tenham esse atendimento, e seja a escola zona rural ou não, até porque temos a questão da vulnerabilidade das crianças, que necessitam desse atendimento e não é só a própria prefeita, a maioria dos municípios e o governo federal querem o atendimento em todas as escolas, realmente para ampliar o atendimento de oito horas em escola para as crianças, é claro que é gradativo. Então não tem como o município fazer todas as escolas. Por exemplo, do fundamental, que tem cinquenta e oito unidades já fazer esses atendimentos, é um estudo que se faz ao longo do tempo, por exemplo, Curitiba vai conseguir para o próximo ano colocar em todas, mas eles já trabalham com a Escola de Tempo Integral lá desde 1990. Eu vou dizer isso porque a primeira escola que abriu eu trabalhei que era no bairro da Fazendinha, então olha de Lá pra cá foi-se caminhando, agora eles vão conseguir, são trezentas e poucas escolas e agora estão conseguindo, e todas vão ter um horário de mudança, até foi a própria Vanessa que nos falou porque ela trabalha no outro horário em Curitiba, todas vão começar às 08h00 da manhã porque não tem como começar às 07h30, então todas vão começar às 08h00 da manhã, todas as escolas, porque todas vão ser em tempo integral. Então, cuidando a questão do horário de funcionamento, por isso que eu perguntei, mas se a gente mexe no horário de funcionamento, só para as turmas, por exemplo, do tempo integral? Vão entre as 8h00, mexem com a questão do transporte, daí não tem como, então tem que começar no mesmo horário da escola do regular, por isso que todas elas padronizaram por causa desses atendimentos, entra todo o mundo do mesmo horário e sai todo mundo do mesmo horário. Porque inicialmente quando foi, feito em 1990, entrava-se a escola de tempo integral, ela entrava das 8h00 às 12h00. Ela funcionava das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, mas as turmas do Integral iniciavam às

09h00 da manhã e saíam às 16h00, esse era o horário de saída e isso dava um problema muito grande e o horário do almoço também era muito complicado. Então, por termos vai se mostrando como é que tem que mudar. Mas a intenção realmente do governo é ampliar isso, Hoje nós temos vinte unidades que você colocou, são vinte, tem a previsão de aumentar mais para o ano que vem” A Conselheira Rosiani diz: “Tem?” O Conselheiro Luiz Carlos diz: “Só antes de você concluir, só para eu poder concluir a minha parte da questão do transporte e tudo mais ali, essa fala que Ana Lucia trouxe do transporte e alimentação, é super importante porque quando eu estava pesquisando e vendo sobre esse assunto percebe-se nessa lei, nessa exposição o que o governo federal está fazendo, que tem recursos específicos para esse programa, então uma vez que existem recursos para esse programa, a gente tendo um vislumbre, a grosso modo, não por ser técnico, é um vislumbre de custo médio e longo, curto, médio, longo prazo, a gente também já conseguiria mandar isso para o governo federal, de forma que ele olha o município de São José dos Pinhais tem curto, médio, longo prazo para projetos, porque às vezes nós deixamos de perder, nós temos de receber muitas coisas porque não colocamos o que temos que colocar como projeto simples. E acabamos perdendo milhões, mas enfim, a pergunta dela é pertinente e realmente até achei interessante, falei a questão de não vai onerar muito a entrada nas saídas justamente por conta disso, porque hoje você tem o que é real que é o que você sabe que é para curto prazo, mas você já tem uma idéia do que é para médio e já tem que ter uma idéia do que é para longo, que é o que Curitiba está fazendo hoje e é por isso que de repente, a prefeita que exige pede que coloque para todas as escolas porque é uma coisa que vem do governo federal e algo que já tem verbas disponíveis para isso, mas as verbas vêm através de você ter esse projeto, eu acho que é isso que a gente está fazendo aqui hoje, não bem pertinente mesmo”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Não, Luís, os critérios tem que vir de lá, eles são unificados, não tem como eles separarem, São José vai ser assim, em Curitiba também. Ele é unificado, porque na hora de inserir lá tem que ser todo mundo igual, não tem como eles separarem, então eles vão fazer sim, não é específico”. O Conselheiro Luiz Carlos diz: “Nós não vamos fazer para todas, vamos fazer para algumas, então a verba vai ser não para todas, vai ser para algumas, tem que ser um projeto específico”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Curto, não é um projeto, assim eles vão, por exemplo, São José, quantas turmas, quantos atendimentos, quantas crianças, são esses dados é isso, Rosiani”? A Conselheira Rosiani diz: “Isso, para ficar bem claro, é a questão da lei, ela veio para trazer fomentos que vão nos auxiliar no investimento nessa questão de infraestrutura, porque como eu falei, a primeira coisa a gente pega. O dimensionamento vê se tem potencial, se tem fala ociosa, se tem potencial para implementar o tempo ampliado. O que é o primeiro desafio do tempo ampliado que eu apresentei? Na outra reunião de Câmara é a questão de estrutura, nós temos o mesmo número de escolas que nós temos há anos e anos atrás, então a questão de estrutura é algo que é muito difícil para essa ampliação de tempo porque eu preciso ter estrutura para atender esses profissionais. Essa lei de 31 de julho, vai trazer fomentos para os municípios, que podem ser aplicados sim, nessa questão da estrutura de melhorias de estrutura para que eu possa atender um número maior de estudantes. Agora, com esse fomento, a gente vai poder começar a planejar, porque até então a gente se virava como tinha, vendo os potenciais ali”. A Conselheira Ana Lucia diz: “ agora podemos ir então para a pergunta da Fátima, que na verdade, quais são os critérios para esses atendimentos? quem serão os atendidos? porque nós temos as prioridades, o próprio para o recebimento lá do FUNDEB. Ele tem já os critérios colocados, por exemplo, que a criança do bolsa família, a

criança em situação de vulnerabilidade tem prioridade nesses atendimentos”? A Conselheira Rosiani diz: “A gente tem colocado mais ou menos os mesmos critérios que já eram colocados pelo Mais Educação, é a criança com dificuldade de aprendizagem em distorção, idade de ano, idade, série, é público de evasão, aquele estudante que já tem ali um histórico de evasão e o público-alvo ali de vulnerabilidade. É a única ressalva e a única coisa que a gente coloca e pede, daí trago não só o meu relato, como de todos que já vivenciaram essa ampliação de tempo é que este estudante de vulnerabilidade que olhe primeiro para o público da unidade onde ele está, porque o que é que nós vivemos? Muitos e muitos casos durante esse período aí de Mais Educação e ainda vivemos até hoje. Tira-se o estudante do nordeste e bota aqui em São Paulo, porque tem o tempo ampliado para garantir o direito dele de ficar mais tempo ali na unidade, está protegido, mas não se leva em conta todos os outros direitos que são negados para ele fazer esse vir para cá desde como que ele vai vir, os perigos que ele corre porque é distante do local de onde ele mora. Porque a outra comunidade, até perigos de bullying e violência, porque a turma desta escola não é a turma que ele pertence, lá no bairro já passei por isso, eu já tive estudante fugindo porque era longe da casa dele, ele vinha de ônibus e ele fugia porque ele queria estar na escola próxima à casa deles, situações, por exemplo, que a família não tinha condições de bancar o transporte particular porque não tinha transporte público, o transporte particular para esta criança vir por uma determinação nessa escola de tempo ampliada e isso causou problemas tão grandes que a própria família se desfez, divórcio, separação entre o casal, porque ela queria cumprir a determinação que ela tinha de por a criança que ela estava cuidando, que não era a filha dela, lá no tempo ampliado e acabava deixando a própria filha ali aos cuidados de vó ou de outra pessoa, o marido não aceitou isso, destruiu a família, então assim, tirar de um local para pôr em outro, só por causa do tempo ampliado. A nossa história de Educação em Tempo Integral no município mostra que não temos muitas histórias de sucesso, por isso que a gente insiste, em atender o público vulnerável, mas prioritariamente da unidade do local de onde ele é e também que se é o tiro daqui, ponho lá, como eu já disse na outra reunião, isso enfraquece a política pública, porque o que eu quero também é que aqui tem e lá tenha para ofertar cada um para o seu público. . Então é isso assim? O público de público, de vulnerabilidade dos critérios, defasagem, idade, ano, evasão e as dificuldades de aprendizagem significativas aquelas que eu percebo que um tempo a mais vai auxiliar para o avanço no processo ensino-aprendizagem. Adianta também eu colocar aquele estudante que tem uma limitação que eu sei e que não adianta ele ficar mais tempo que o avanço não vai ser. Se eu tenho vagas limitadas para ofertar tudo isso tem que ser pensado, colocado na balança, é por isso que não é uma pessoa que seleciona quem vai falar. A gente recomenda que seja uma equipe montada pela equipe diretiva, a equipe pedagógica e equipe docente da unidade que vão listar os indicados para ser ofertada essa ampliação de tempo.” A Conselheira Ana Lucia diz: “Não, ele vai ter que sair daqui”. A Conselheira Rosiani diz: “A deliberação, como assim”? A Conselheira Ana Lucia diz: “Ele tem que sair e seguir os critérios únicos, porque o próprio governo federal coloca isso. Então a bolsa família, tem que ser colocado, as famílias que recebem a bolsa família é a prioridade do governo, é a bolsa família e vulnerabilidade. Para eles, são esses em primeiro lugar, é com esses critérios é que eles analisam o recurso até do ICMS em educação, eles analisam, por exemplo, o município no atendimento da educação integral, ele diminuiu do ano passado para esse ano o atendimento da bolsa família, isso prejudicou o município na questão de recebimento de verbas. Então o que foi? O que me falaram, por exemplo, é que eram

atendidas. Vou citar num número, eram atendidas mil crianças com bolsa família no PAS ano passado, esse ano caiu para oitocentos, teria que ser o contrário. Então o município não conseguiu subir nesse critério, esse critério foi prejudicado para receber o recurso, então, por exemplo, a bolsa família precisa ser um critério obrigatório, mas aí tem que ver essa questão da idade e que precisa verificar lá dentro da unidade. Realmente precisa estar passando por esse processo, aí sim, a equipe vai ver qual, mas a gente precisa colocar a evasão, vamos coloca esses critérios e precisam sair aqui. É claro que vai ter a sua equipe, mas eu digo assim, a bolsa família no tem nem como eles fazerem um levantamento, entendeu”? A Conselheira Rosiani diz: “Não, mas eu não me referi que os critérios é a equipe da escola que estabelece, a equipe da escola vai analisar se estão dentro dos critérios, por isso que eu me referi a equipe da escola. Com relação a bolsa família, ele fazia parte até do Mais Educação, mas aí com trocas de governo, muda-se o nome das bolsas e a gente optou por não escrever o termo. Mas com certeza eu acho que a gente usou só vulnerabilidade por entender que já atendia o número que caiu e eu vou te dizer porque é que caiu esse número por culpa nossa, porque nós estamos com dificuldade de profissionais para atender essas turmas, eu tenho previsão de turma serem abertas as turmas em algumas unidades que tenham espaço que tem público, mas que nós não conseguimos enviar professores pra abrir essas turmas, então eu tinha uma previsão que vocês puderam ver no documento de mil e trezentos atendimentos e eu não tenho esse número de atendimentos, porque eu tenho turmas inteiras, mais de uma em diversas unidades que não abriram por falta de profissional”. A Conselheira Ana Lucia diz: “E a volta de profissional seria o próximo item, o último item, que é a questão do quadro dos profissionais.”. A Conselheira Rosiani diz: “Isso, o compromisso do município é fornecer professores para o atendimento desse tempo ampliado. Então é professor do quadro efetivo no caso ou hoje que nós temos PSS a serviço do município também, mas professores para atender estas turmas. Certo, então é o professor concursado ou o PSS que vai ser um professor de referência na turma ou que vai trabalhar com oficinas que seriam como se fosse R2 da turma aí pra o professor regente da turma referência da turma, ele ter a sua hora atividade garantida, mas são professores que atendem e para o momento do almoço já expliquei o professor articulador, para estar organizando todo este momento. Esses seriam os profissionais hoje e contamos também com os estagiários para auxiliar nesta organização do horário de almoço, é, a gente não trabalha com o estagiário para serviços diversos, está no PAS, na época do Mais Educação, a gente tinha isso, ainda tinha o estagiário e tinha o monitor também, que vinha uma verba para poder pagar o monitor para algumas atividades específicas, hoje, desde que o Mais Educação saiu, não temos, é o professor custeado pelo município e o estagiário para atender no horário do almoço, no PAS o trabalho do estagiário é no horário do almoço”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Esses estagiários são aqueles estagiários que estão fazendo atendimento as crianças, é o mesmo? A Conselheira Rosiani diz: “É o mesmo e essa a Clície até está aí, a nossa angústia sempre é essa, porque a gente não quer, como diz o ditado, descobrir um Santo para cobrir outro que é o que a gente faz, que a Clície e a Leila, que também organiza isso lado do especial, elas usam esse estagiário, ele é de seis horas, uma hora e meia ali no horário do PAS, do almoço, do PAS e o restante do horário ele fica a serviço do ensino regular, atendendo o estudante, público-alvo da educação especial ali que precisa ser atendido”. A Conselheira Ana Lucia diz: “É porque praticamente ele vai ficar cinco horas fazendo esse atendimento e depois ele tem o seu horário de almoço, isso? E aí, praticamente depois ele não vai conseguir fazer mais nenhum atendimento, é bem

complicado, teria que ser estagiários específicos para esse trabalho porque é ruim, porque vai estar descobrindo realmente as crianças que precisam desse apoio”. A Conselheira Rosiani diz: “Desconta uma hora e meia de apoio que poderia ser para um estudante para apoiar no almoço”. A Conselheira Clície diz: “Quando o estudante é compartilhado com o PAS, a gente pede para a direção organizar o horário para que o horário que ele fique no PAS não prejudique tanto o suporte dele às crianças de inclusão, as vezes ele entra, como ele é um estagiário de seis horas, ele entra um pouquinho de manhã, ele entra um pouquinho mais tarde e faz uma hora e meia para ele cumprir às quatro horas como profissional de apoio ou vice-versa, ele entra cedo. Ele faz o horário do período da manhã como profissional de apoio e complementa o horário dele no PAS, a gente deixa a critério da unidade organizar da melhor forma possível”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Mas Clície, o ideal seria não mexer nesses, não é”? A Conselheira Clície diz: “É, mas infelizmente o contrato é o mesmo, a bolsa de estágio é a mesma, então a gente não tem um número suficiente de profissionais para podermos dividir”. A Conselheira Rosiani diz: “Há anos atrás era separado, mas hoje a gente tem falta desse profissional também, passei por situações esse ano que encerrou o contrato de uma estagiária na unidade, abriu-se uma vaga, o profissional que entrou, ele foi para atender outra em outra unidade, porque também estava precisando há mais tempo, e ali, onde abriu a vaga, ficou sem atendimento, sem alguém para cobrir o horário de almoço. Está bem difícil por falta de bolsas para esses profissionais que a gente já estourou no limite de bolsas e até por falta desses próprios profissionais”. A Conselheira Ana Lucia diz: “E até a falta de procura de bolsa, porque a bolsa é baixa perto de outros municípios, a gente vai fazer uma análise lá, a bolsa é baixa, ela precisa ser ampliada, até porque se eu vou escolher trabalhar seis horas em São José para ganhar R\$900,00 e eu vou ganhar R\$1.200,00 para quatro horas lá em Curitiba, aonde que eu vou trabalhar”? A Conselheira Clície diz: “É que em outros municípios a contratação do estagiário para a Educação é feita e exclusivamente pela Educação, aqui nós compartilhamos um convênio da prefeitura como um todo com o CIEE, então é a bolsa do CIEE, se a Secretaria de Educação tivesse a autonomia para essa contratação, nós poderíamos desenhar uma remuneração um pouco mais adequada, mas, infelizmente, não temos essa autonomia”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Você sabe por que Clície”? A Conselheira Clície diz: “Porque o contrato do CIEE É com a prefeitura, teríamos que fazer um projeto de lei para que a Educação pudesse ter autonomia na contratação.” A Conselheira Ana Lucia diz: “OK quantos profissionais? Quantos professores Rosiani, por exemplo, lá na Escola Castro Alves tem cento e vinte estudantes, são três turmas pela manhã e três turmas no período da tarde, esses profissionais também precisam da permanência, então, quantos profissionais estão ali”? A Conselheira Rosiani diz: “Nós seguimos exatamente o decreto que rege o ensino regular, portanto, de turmas o tanto de profissionais, Pra atender a gente segue igual decreto para que todos eles tenham garantido o mesmo, tanto de hora atividade como no ensino regular, a gente segue o decreto, não lembro o número do decreto agora, mas é o decreto que rege essa organização para o ensino regular é o mesmo”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Pedagogo”? A Conselheira Rosiani diz: “Também segue a lei maior, então, como as turmas do PAS, elas entram na contagem de turmas da unidade conforme a somatória de turmas que tem a unidade é o número de pedagogo, é a mesma organização”. A Conselheira Ana Lucia diz: “E quando aumenta uma turma em cada turno, não é tanto problemático, mas quando aumenta três turmas por turno é extremamente problemático para o pedagogo ou para a escola? A Escola Rosi Marquezine tem quatro turmas a mais em cada turno e não contempla na questão

do atendimento, de ter mais um pedagogo que seria o ideal, digamos, a partir de três turmas por período é ter um pedagogo 40 horas lá que vai fazer esse atendimento, porque no caso ele vai atender seis turmas”. A Conselheira Rosiani diz: “Isso, o que me foi explicado é que a gente tem que seguir a legislação que já tem e confesso que eu não conheço os pormenores dela, é só a representação. Então eu não conheço os pormenores, mas a gente segue decreto que rege tanto para a organização de turmas, número de profissionais para atender número de turmas e a mesma coisa com relação ao pedagogo e até ao corte da escola”. A Conselheira Rosiani diz: “Esse decreto, ele é anterior a lei do sistema, que é de 2004, é o mesmo decreto, desde lá, a partir da lei do sistema e depois da lei do conselho, ele atribui todas as questões normativas e até referente a essas ao conselho, que é o órgão normativo, então vou ter que realmente sentar com a PGM para verificar porque esse decreto precisa ser revogado e a gente colocar, então sim, fazer os estudos e colocar a questão dos profissionais. Não são todas as escolas que vão ter agora a princípio, a questão da Escola em Tempo Integral, mas quem tem precisa desse diferencial sim. A escola Madre Paulina que eu conversei com a Clície, ela é uma escola que precisa, não consegue seguir o mesmo critério, não tem como seguir o mesmo critério. Não há essa possibilidade de seguir o mesmo critério porque tem todo o diferencial de trabalho lá. Se ele é considerado dessa forma, e já está dizendo que é de um atendimento especial, até para o número de profissionais também precisa ser especial, então tem que ter esse olhar aí para se tenha essas alterações, e seguindo a questão de legislação, é uma lei acima do decreto, na verdade, são duas leis acima de um decreto o que precisaria realmente é revogar esse decreto, e fazer os estudos específicos, por exemplo, específico para o ensino fundamental, específico para o infantil, específico para educação especial, e também, onde a gente pode colocar a questão da Escola em Tempo, porque quatro turmas por período, o quanto aumenta para os pedagogos que estão lá, a mesma coisa, a questão de três turmas, realmente tem que se repensar, por isso que eu coloquei aqui os quadros de profissionais e segue o mesmo critério, como você coloca, mas quando tem uma turma só, esse atendimento da permanência são usados os profissionais que fecham a permanência da unidade”. A Conselheira Rosiani diz: “Isso. Até em casos maiores, como é o caso da Escola Rosi Marquezine, quem entra para cobrir a hora atividade do profissional de referência são os mesmos R2 da escola, É contado no quadro geral até para gerar uma integração maior, sabe, professor? Passar pelas turmas irregular e também do tempo ampliado para entender que o tempo ampliado faz parte da escola também, Se não corre esse o risco de ficar à parte e são poucos os locais, A Escola Castro Alves, como é outro local que são profissionais específicos, esses profissionais ficam só naquele local do PAS para atendimento, mas geralmente as escolas em geral usam os mesmos profissionais que atendem no regular pra atender no tempo ampliado. A Escola Leonilda Ravaglio Trevisan, que é a Dhebora, tem uma organização própria também acho que só quem atende no PAS atende só no PAS o R2 no caso Dhebora? Pelo menos era assim, não sei se ainda permanece, mas várias não”. A Conselheira Dhebora diz: “A gente mudou, conseguiram integrar, os R2 passam por tudo isso, a maioria tem três turmas que ficou com a coordenadora e articuladora”. A Conselheira Rosiani diz: “É por isso que a contagem é geral, e o número de turma geral da escola e o número de profissionais geral da escola para atendimento”. A Conselheira Ana Lucia diz: “OK, mais alguma dúvida? As minhas aqui é eu acredito que foram contempladas”. O Conselheiro Luiz Carlos diz: “Uma sugestão que está ali no chat sobre aquela questão que vocês tinham falado lá da bolsa família, bolsa, não sei o que bolsa ex, bolsa aquilo, cada vez que muda o governo é um nome de bolsa, mas

daí uma coisa nunca muda, é o beneficiário dos programas sociais, isso jamais vai mudar. Teria sugestão, de rir, mas é verdade, tudo muda impressionante, tanto muda que ali na terra fez a lei lá que não pode mais mudar o as cores do município, entra um coloca amarelo, outro coloca verde. Os beneficiários do programa sociais, só uma sugestão de texto”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Precisa saber como volta o bolsa família também mudou, o governo mudou o nome para a bolsa família é minha casa, minha vida, também mudou, é uma coisa assim que não podem, eu acho que eu penso, que é desrespeito a população, o que mudou é o governo, então a gente tem que ter cuidado em relação às coisas que não podem ser mudadas só porque não mudou o governo é só quando foi uma questão de ranço entre eles, e que desnecessário é, eu acho que é isso. Quais são os próximos passos aqui? Vou tentar fazer os dois, o parecer e a deliberação para ver se a gente consegue, na segunda-feira vou encaminhar isso para vocês, se tiverem sugestões. Eu acho difícil, porque são dois documentos grandes, provavelmente só o parecer e porque a nossa reunião ficou para o dia dez para trazer a alteração, aí fica complicado, mas provavelmente saia uma extraordinária para aprovação desses dois documentos, como eu falei para vocês, eles são necessários e indispensável para os recursos. A gente tem prazo para inserir esse documento lá no SIMEC e tem a previsão aí Rosiani, lá do seminário da região sul sobre educação integral, que é em Porto Alegre, dias dezenove e vinte, mas não abriram as inscrições, eu fui atrás hoje, iniciou o do sudeste que é hoje e amanhã da região sudeste, então está faltando somente o do sul mesmo, todas as regiões já foram feitas, a nossa era para ser a segunda e foi transferida. Ele estão insistindo em Porto Alegre, mas existe o problema lá das chuvas muito fortes que tem atingido também a capital, a mesma coisa também o nosso encontro que a gente fala da UCME Nacional também está tendo problemas por causa da região, aonde tem as chuvas o impacto disso também traz problemas e espera-se que isso melhore. A princípio já estamos um mês e meio com a mesma situação, muitas chuvas, destruição de cidades, uma se reconstruindo, outras não, isso é um problema, é bastante sério também, mas só para falar que então a nossa que é o que envolve aqui a educação integral, a nossa previsão aí é dezenove e vinte, só que eu não acredito que vai sair porque daqui a quinze dias e nenhum município tem como empenhar recurso para participar do evento, eles sabem disso, deve ser dispensado para mais tarde, e até eu mesma fiz a colocação e vou falar daqui a pouco com a secretária da Raquel, que é coordenadora. A gente tem acesso, a gente consegue conversar, mas eu acho difícil que, como sudeste já está um tempo, e para nós, por exemplo, o UCME e UNDIME, a gente tem os recursos que vêm do governo federal, a gente fez o encaminhamento de passagem pra data lá que era antes e depois não mais, eles não entraram em contato conosco pra alteração da mudança, que seria agora dezenove e vinte, então a gente não sabe como vai ficar realmente e como tem um feriado aí no meio, eu não acredito que isso vá acontecer. Eu não acredito”. O Conselheiro Luiz Carlos diz: “Isso que eu ia perguntar pra você, tem idéia de que vai prorrogar isso”? A Conselheira Ana Lucia diz: “O Seminário da Educação Integral sim, do Encontro Nacional não vai prorrogar, esse está marcado, vai acontecer, nem que seja com meia dúzia de conselheiros ele vai acontecer, esse não muda mesmo, isso já é uma previsão desde o ano passado e tem toda a região. Na verdade, o Rio Grande do Sul, que está organizando, então, tem seus conselhos que irão participar o que eu falo é esse da região sul, que o governo federal fez, organizou cinco seminários por região, ele já fez o do norte ou já fez o do nordeste, ele já fez o do sudeste, do centro-oeste e agora está acontecendo do sudeste. O sul era o segundo e ele foi mudando as datas porque outros foram mudando, só que a coordenadora está insistindo

em ser em Porto Alegre, eu cheguei a arranjar a data do local em Florianópolis, que geralmente quando a gente fala em região sul, é feito em Florianópolis, porque o deslocamento do Paraná para Florianópolis é mais perto e do Rio Grande do Sul também, para nós, eu até fiz essa colocação, é muito mais complicado o deslocamento do Paraná para o Rio Grande do Sul porque de carro vai umas dez horas ou mais para poder chegar lá então vai ter essa dificuldade dos municípios de poder fazer esse acesso para a educação para chegarem ao Seminário”.? A Conselheira Rosiani diz: “A Clicie perguntou se tinha saído para encaminhar o pedido, mas não tem local, não tem nada, então, ainda então não tem como encaminhar nem o pedido? Tem como não em 15 dias”? A Conselheira Ana Lucia diz: “Exatamente, porque como que o município vai dispor de dinheiro, hotel, dinheiro para alimentação, hotel e a questão das passagens, se não tem inscrição, não tem como fazer, porque não tem o local aonde que eles iriam fazer. Tinha uma previsão do local, que era na Secretaria municipal de Educação de Porto Alegre, mas lá está em obras, então diz que não vai ser mais, então eu não sei, eu realmente digo para você, não sei, diz que tem que sair esse ano. A gente espera que não saia na mesma data do evento, lá do encontro, nem nos nossos, das nossas conferências que a gente está organizando aqui das CONAES também. Mas Fátima, eu acho que é isso hoje”. A Presidente Domingas de Fátima diz: “Então aguardamos para o dia da ordinária.” A Conselheira Ana Lucia diz: “Isso mesmo, eu vou ter que me debruçar aqui nesse documento, pelo menos para um deles já sair para terça-feira”. A Presidente Domingas de Fátima agradece a participação de todos.

Ata digitada por Maria Madalena de Carvalho Hitner e será aprovada pelos Conselheiros presentes e assinada pela Presidente da Câmara, Domingas de Fátima Cardoso Amaral e pelo Secretário da Câmara Rodrigo Cardozo Gomes.

